



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF  
www.cnj.jus.br

## TERMO DE ADESÃO

### TERMO DE ADESÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Declaração firmada pela **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS**, objetivando desenvolver ações no âmbito da política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário.

O Prefeito do Município de Pau dos Ferros, **LEONARDO NUNES RÊGO**, declara firme vontade de desenvolver ações no âmbito da política de atenção à pessoa egressa do sistema prisional, conforme estabelecido na Resolução CNJ nº 307, de 17 de dezembro de 2019, e demais legislações correlatas, observando os seguintes critérios:

1. O presente Instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para a implementação de Escritório(s) Social(is).
2. **CONDIÇÕES:** A efetivação do presente Termo de Adesão dar-se-á mediante as condições estabelecidas no Plano de Trabalho que irá compor, num prazo de 60 dias, o Termo de Cooperação Técnica nº 024/2020, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.
3. **ATUAÇÃO CCORDENADA:** o município buscará desenvolver ações coordenadas com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e o Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade das ações de atenção às pessoas egressas, conforme Manuais dos Escritórios Sociais publicado pelo Conselho Nacional de Justiça.
4. **GESTOR LOCAL:** indica para gestor local do presente instrumento a senhora Emília Suzana Lopes de Freitas Chaves, Cédula de Identidade 685-722, expedida em 04/12/2019, CPF 429.430.864-87 endereço eletrônico emiliasuzana@hotmail.com, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho supra-mencionado.
5. **VIGÊNCIA:** o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com vigência até o término do Termo de Cooperação Técnica nº 024/2020, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e o Governo do Estado.

#### 6. RESPONSABILIDADES:

##### 6.1 São responsabilidades gerais do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte:

6.1.1 Responsabilizar-se pela divulgação o(s) Escritório(s) Social(is) e seus respectivos serviços aos juízes do Estado do Rio Grande do Norte, onde estes estão ou venham a ser implantados, orientando-os para receberem as equipes técnicas para fins de alinhamento das ações que serão implementadas em conjunto;

6.1.2 Encaminhar por meio de juiz (es) da(s) Vara(s) de Execução Penal as pessoas egressas do sistema prisional ou realizar o acompanhamento das condicionalidades atinentes àquelas;

6.1.3 Priorizar a destinação de penas pecuniárias para a implantação, o fomento e fortalecimento dos projetos e serviços do(s) Escritório(s) Social(is);

6.1.4 Desenvolver e apoiar, por meio do Programa Novos Rumos na Execução Penal, as ações e os projetos que tenham como finalidade promover oportunidades à pessoa egressa e seus familiares; e

6.1.5 Realizar o processamento da execução penal, dos benefícios e da análise das condicionalidades interpostas à população atendida pela política de atenção às pessoas egressas, considerando relatórios técnicos elaborados pelas equipes do Escritório Social.

## **6.2 São responsabilidades gerais do Governo do Estado do Rio Grande do Norte:**

6.2.1 **Por meio do órgão gestor da Administração Penitenciária**, disseminar e apoiar a estruturação de Escritório(s) Social(is) em seu território, seja de forma direta, seja mediante apoio à implantação no âmbito dos municípios, por adesão das prefeituras municipais;

6.2.2 Aportar recursos financeiros do Fundo Penitenciário Estadual e outras fontes de receitas, próprias ou captadas por meio de convênios ou subvenções, a fim de contribuir para o desenvolvimento e sustentabilidade dos serviços prestados pelo(s) Escritório(s) Social(is), conforme condições estabelecidas no Plano de Trabalho mencionado na Cláusula Terceira, Parágrafo Segundo do Termo de Cooperação.

**I** O Governo do Estado do Rio Grande do Norte deverá envidar esforços para alocar recursos em rubrica orçamentária específica.

6.2.3 Subsidiar a articulação interinstitucional do Escritório Social junto à rede de políticas públicas sociais, órgãos do Sistema de Justiça Criminal e organizações da Sociedade Civil, visando a promover estratégias alinhadas de atuação, tais como: protocolos de atendimento, fluxos de encaminhamento, atendimento e discussão de casos em conjunto, capacitações, entre outras ações;

6.2.4 Garantir a realização da metodologia de mobilização de pré-egressos e a adoção de procedimentos de soltura com encaminhamento à equipe de referência do Escritório Social, bem como o fornecimento de informações das pessoas egressas às Varas de Execução Penal do município/Comarca;

6.2.5 Subsidiar o(s) Escritório(s) Social(is) com o envio de cópias de prontuários e outros documentos relativos à pessoa egressa;

6.2.6 Desenvolver e apoiar, por meio do Departamento de Promoção à Cidadania da SEAP, os programas e projetos que tenham como finalidade a oportunidade à pessoa egressa e seus familiares;

6.2.7 Contribuir com o monitoramento do cumprimento das legislações, em âmbito nacional e estadual, garantindo a inserção no mercado de trabalho, por meio de políticas afirmativas que estabeleçam um percentual mínimo de contratação para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.

6.2.8 **Por meio da Secretaria Estadual do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS**, contribuir com a articulação intersetorial do Escritório Social junto à rede de políticas públicas sociais, órgãos do Sistema de Justiça Criminal e organizações da Sociedade Civil, visando a promover estratégias alinhadas de atuação, tais como: protocolos de atendimento, fluxos de encaminhamento, atendimento e discussão de casos, entre outras ações;

6.2.9 Estimular a inserção e atualização cadastral no Cadastro Único das famílias de pessoas privadas de liberdade, assim como o acesso aos serviços socioassistenciais;

6.2.10 Estabelecer parcerias com a Secretaria de Administração Penitenciária para promoção de projetos/ações no âmbito da economia solidária;

6.2.11 Firmar parcerias com instituições de formação profissional com vistas a promover a formação profissional de egressos do sistema prisional, bem como a inserção em iniciativas de geração de renda, acrescido a orientação e encaminhamento para vagas de trabalho;

6.2.12 Realizar o levantamento de dados relativos ao atendimento da pessoa egressa do sistema prisional para o aprimoramento das ações socioassistenciais no âmbito da inserção produtiva;

6.2.13 Viabilizar o acesso à política habitacional disponível.

### **6.3 São responsabilidades gerais do município de Pau dos Ferros, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social:**

6.3.1 Executar as metodologias do Escritório Social, realizando acolhimento, atendimento e acompanhamento das pessoas egressas do sistema penitenciário por equipes multidisciplinares, responsáveis pela articulação da rede de serviços de proteção e inclusão social, além de outras políticas e programas ofertadas pelo Poder Público;

6.3.2 Disponibilizar os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento e sustentabilidade das metodologias do Escritório Social, bem como a estruturação do serviço, com a definição de local, cessão de equipe, instalações e condições de trabalho;

6.3.3 Buscar a efetividade das metodologias do Escritório Social, por meio da cessão de equipe de referência, com competências técnicas psicossociais e jurídicas, articulação de parcerias estratégicas, formação e capacitação da rede social parceira, atendimento, encaminhamento e acompanhamento das pessoas egressas do sistema penitenciário, bem como da comunicação sistemática junto ao Poder Judiciário;

6.3.4 Efetivar o desenvolvimento das metodologias do Escritório Social garantindo a promoção de direitos, implementando ações voltadas à promoção de equidade étnico-racial e gênero, bem como processos formativos para profissionais das unidades prisionais, das políticas públicas e redes de serviços, considerando marcadores de diversidade (ético-racial, gênero, orientação sexual, geração, e saúde mental).

6.3.5 Estabelecer diálogo com as unidades prisionais com vistas a realizar ações junto a pré-egressos, para apresentar as metodologias do Escritório Social nos procedimentos de soltura, bem como para o fornecimento de informações às Varas de Execução e à equipe de referência das metodologias do Escritório Social;

6.3.6 Empreender a sistematização dos dados registrados, garantindo a proteção dos dados pessoais sensíveis, bem como a disponibilização de informações de caráter público para produção de conhecimento que norteará a condução da política de atenção da pessoa egressa do sistema penitenciário do Município de Pau dos Ferros, contribuindo para melhorias nas ações desenvolvidas;

6.3.7 Subsidiar a articulação interinstitucional das ações concernentes ao Escritório Social junto à rede de políticas públicas sociais, órgãos do Sistema de Justiça Criminal e organizações da Sociedade Civil, visando a promover estratégias alinhadas de atuação, tais como: protocolos de atendimento, fluxos de encaminhamento, atendimento e discussão de casos em conjunto, capacitações, entre outras ações;

E por estar assim de pleno acordo, assino o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

**LEONARDO NUNES RÊGO**

Prefeito do Município de Pau dos Ferros



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO NUNES REGO**, Usuário Externo, em 30/09/2020, às 15:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](https://portal.do.cnj) informando o código verificador **0961394** e o código CRC **1AE35786**.